



Assembleia Municipal de Odivelas

ATA Nº 08/2012

**ATA DA 7ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2012
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS**

Aos **dezassete dias do mês de Maio, do ano dois mil e doze**, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu a **Assembleia Municipal de Odivelas**, em **7ª Sessão Extraordinária**, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Sérgio Constantino Paiva, António José Real da Fonseca e José Carlos Pires, como 1º e 2º Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

I – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA-----

PONTO 1 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS E SEU REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS -----

PONTO 2 – CARTÃO JOVEM CIDADÃO – PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO E RESPETIVO REGULAMENTO -----

PONTO 3 – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE -----

PONTO 4- PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE 1000 LAVAGENS EXTERIORES DE AUTOCARROS -----

PONTO 5 – AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS EM INSTALAÇÕES DA CMO -----

PONTO 6 – AQUISIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSOS ESPAÇOS VERDES (FASE IV DAS COLINAS DO CRUZEIRO) -----



Assembleia Municipal de Odivelas

PONTO 7 – PROPOSTA DE AUTORIZAÇÃO GENÉRICA PARA DISPENSA DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO -----

III – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia da Pontinha, **José Guerreiro**, pelo seu substituto legal **Eugénio Marques**. -----

Na bancada do **PS**, o Presidente de Junta de Freguesia de Famões, **António Rodrigues**, pela sua substituta legal **Sofia dos Santos Mateus**.-----

Na bancada do **PSD**, o Membro da Assembleia Municipal, **Bruno Duarte**, pelo Membro **Paula Paçó**.-----

Na bancada do **CDS/PP**, o Membro da Assembleia Municipal, **Miguel Xara Brasil**, pelo Membro **André Carreira**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Cristina Azedo**, pelo Membro **João Lourenço**.-----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal, **Fátima Amaral**, pelo Membro **Adventino Amaro**;-----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de 38 Membros da Assembleia Municipal, tendo-se registado a ausência dos Membros Mariana Cascais e Joaquim Campos da bancada do CDS/PP e da CDU, respetivamente. -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, tendo estado presente o Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal de Odivelas, Mário Máximo e os Senhores Vereadores Fernanda Franchi, Hugo Martins e Rui Francisco e Carlos Bodião, pelas bancadas do PS, CDU e PSD, respetivamente. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O Sr. Presidente da Assembleia propôs que se desse início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, tendo usado da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:-----

José Carlos Pires, pela bancada da **CDU**; -----

José Falcão, pela bancada do **BE**; proferiu uma declaração política, que seguidamente se transcreve: ----

"Dia 17 de Maio de 1990, a assembleia geral da organização mundial da saúde, retirou a homossexualidade da sua lista de doenças mentais. Exatamente 20 anos depois, em 17 maio de 2010, aprovou-se em Portugal o casamento entre pessoas do mesmo sexo, o que veio reafirmar este dia como um marco, na luta pelos direitos das lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgéneros.-----

Hoje protestamos contra as diferentes formas de autoritarismo social, particularmente aquele que constrange a liberdade de quem possui uma orientação sexual ou uma identidade de género, vista como não hegemónica.-----

Lutamos contra homofobia, a transfobia e todas as formas de discriminação, uma vez que estas existem e persistem no nosso quotidiano, reproduzindo-se nos mais variados contextos, sociais e políticos, do escolar ao académico, do familiar ao laboral, entre outras.-----

Colocamos em destaque a marcha deste ano, que se realiza em Coimbra, há 3 anos, a luta pelo reconhecimento pelas diversas identidades de género, tal como a transsexualidade e transgenerismo, relegadas sistematicamente para espaços de exclusão.-----

Basta de repressão e basta de perseguições sobre homossexuais, lésbicas, bissexuais, transexuais e transgéneros e outros de modos de expressão de géneros da sexualidade.-----

Defendemos que as orientações sexuais e identidades do género, não sejam um impedimento ou barreira para o desenvolvimento social, pessoal e político.-----

Exigimos o direito a construir família, incluindo a adoção e a reprodução por inseminação artificial.-----

Acreditamos que o modelo patriarcal de família, precisa de ser questionado, e de ter o seu valor simbólico desconstruído, abrindo espaços para outras famílias, independentemente das questões de identidade de género e sexuais.-----

Não aceitamos concessões nem meios direitos, exigimos o reconhecimento pleno dos nossos direitos, encaramos a intervenção no espaço público como uma forma de luta, pela mudança de mentalidades e reivindicar as liberdades de todas e de todos.-----

Isto é a plataforma contra a homofobia e que existe há 3 anos, e neste dia assinala o dia contra a homofobia."-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Adventino Amaro, pela bancada da **CDU**, proferiu uma declaração política, seguidamente se transcreve:

"Portugal é um país, segundo rezam os historiadores, com mais de séculos de existência e uma história que, globalmente analisada, não envergonhará por aí além, se comparada com outros países bem mais recentes que, por isto e por aquilo, principalmente por aquilo, muito maiores razões terão para se envergonhar do seu passado e presente, mau grado as bajulações, essas sim vergonhosas, de que são alvo por parte dos governos que o ingénuo povo português vai elegendo e suportando.-----

Este nosso país que, julgamos nós, todos amamos, já viveu várias e contraditórias eras.-----

Muito sumariamente diremos que, desde a conquista de território aos "infiéis" iniciada por D. Afonso Henriques, passando pela era dos descobrimentos quando Portugal dava novos mundos ao mundo, e deixando de lado os tempos da inquisição para não nos martirizarmos demasiado, ultrapassámos 48 anos de ditadura fascista, a que alguns (demasiados...), com o pudor próprio de quem pouco ou nada fez para o combater, alcunham de "o anterior regime" ou, indo mais fundo no seu branqueamento, lhe dão o nome de "Estado Novo" com que Salazar o baptizou e, por isso, lhes estará muito agradecido.-----

Mas muitas outras épocas, ou Eras, como lhes queiram chamar, marcaram a nossa história.-----

Hoje, dramaticamente, estamos na era das troikas.-----

Temos a Troika dominante, constituída pelo Fundo Monetário internacional, Banco Centra! Europeu e Comissão Europeia, que dirige os destinos dos países que a ela servilmente se submetem, ordenando o que fazer e como o fazer, para que não se ponha em causa, em situação alguma, o facto para eles inevitável de que quem manda é quem tem o poder que o dinheiro lhes faculta, e quem obedece e paga a fatura é aquela pobre gente que nada mais sabe (ou soube) fazer do que trabalhar.-----

Depois, temos a Troika doméstica e domesticada, rendida aos interesses dos poderosos, constituída por PSD, CDS PP e PS. Sem pinga de dignidade, ajoelham aos pés dos seus patrões, arrastando para o desastre todo um povo que gostaria de ter uma vida com alguma dignidade.-----

Para compor o ramalhete e como se duas Troikas não constituíssem já uma dose cavalgar de indignidade, lá ressurgiu a dar uma ajuda a terceira Troika, também interna, que sempre aparece quando os crimes praticados precisam de ter alguma aparência "democrática". E então lá sobe à cena, no palco da "Concertação Social", a farsa que tem sempre como protagonistas a tempo inteiro os mesmos atores: O Governo, o grande patronato e a UGT. Outros atores convidados para participar no degradante espetáculo, não aguentando a podridão daquele pesado ambiente, acabam por sair de cena antes do último ato, o da consagração final da roubalheira institucionalizada.-----

Esta última farsa da terceira Troika resultou num "acordo" da tal chamada "Concertação Social" que brutaliza, ainda mais, as relações laborais. Sempre a favor dos mais fortes (o grande patronato, nacional e estrangeiro) e em prejuízo dos mais fracos (aqueles que apenas têm para vender a sua força de trabalho).



Assembleia Municipal de Odivelas

E foi assim que o Governo, o patronato e aquela coisa que é conhecida por UGT e diz representar trabalhadores, acordou em institucionalizar o trabalho forçado e gratuito, eliminando feriados, reduzindo Os dias de férias e cortando nos dias de descanso obrigatório, na diminuição de salários, designadamente com o corte para metade no pagamento do trabalho em dias de descanso, feriados e horas extraordinárias, extorquindo desta forma milhões de euros aos trabalhadores para os depositar nas contas bancárias do patronato seu aliado. Agrava e generaliza o banco de horas com o prolongamento pré-histórico do horário de trabalho, ferido de morte a articulação entre a vida profissional e a vida pessoal e familiar dos trabalhadores. Facilita de forma miseravelmente irresponsável os despedimentos sem justa causa e muito mais baratos, com o idiota argumento de que tal medida se deve à necessidade de criar mais emprego.-----

Bom, mas também é verdade que os autores deste crime e os seus diletos cúmplices, de vez em quando, aparecem na praça pública com grandes farroncas de preocupações éticas e sociais. João Proença, o secretário-geral daquela coisa chamada de União Geral de Trabalhadores, apareceu aqui há algum tempo indignado porque, afinal, aquilo que havia de "bom" no acordo da Concertação não estava a ser cumprido. Ameaçou até rasgar o acordo assinado. Bastou-lhe um encontro com o Primeiro Ministro para baixar a bola, porque a encenação já estava feita e até poderá ter enganado alguns mais disponíveis para serem enganados toda a vida.-----

Depois, temos o P5 que, com a sua posição de abstenção violentamente colaborante na Assembleia da República, bem pode gritar em todos os canais televisivos e outros, a sua "oposição" às medidas do atual governo. A verdade é que, excetuando os boys e as girls à espera de melhores dias para a sua vidinha pessoal, já ninguém os leva a sério.-----

De referir, por considerarmos justo, que nove deputados do PS tiveram a coragem de votar contra a roubalheira. O que vem confirmar a nossa ideia de que, no PS, ainda haverá alguns socialistas.-----

Por fim, temos os trabalhadores que, sendo-o, têm perfeita consciência de que o são. É a chamada consciência de classe, que os leva a lutar, toda a vida se necessário for, para a liquidação desta sociedade podre, alicerçada na exploração do homem pelo homem. São esses, e aqueles que pouco a pouco se lhes juntarão, que edificarão um Portugal independente e liberto de todas as Troikas que hoje os envergonham.-----

Sim, é possível um Portugal orgulhoso da sua dignidade e independência."-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**, apresentou um **Voto de Protesto** sobre "**Retenção de 5% do IMI às Autarquias**", (Documento 1) que seguidamente se transcreve:-----

"Considerando que:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Face à Portaria nº 106/2012 de 18 de Abril, que determina a retenção às Câmaras Municipais de 5% do IMI para cobrir as despesas relacionadas com a avaliação geral dos prédios urbanos, a Assembleia Municipal de Odivelas deliberou, na 3ª Sessão Extraordinária de 2012, condenar veemente que estas despesas fossem imputadas às autarquias pela afetação de receitas do IMI dos Municípios, nas condições que estão a ser impostas, exigindo a revogação imediata da referida portaria;-----

Esta afetação para o Concelho de Odivelas, pela dotação no orçamento do IMI para 2012, representa um corte de receita de cerca de 900mil euros, montante pode subir, para perto dos dois milhões de euros, se se cumprir o estipulado na alínea 1) do artigo 15º - M, da Lei nº60-A/2011 de 30 de Novembro, que prevê esta afetação do imposto municipal sobre imóveis de 2012 a cobrar em 2013;-----

Todo o processo nunca foi claro nem transparente, já que não são divulgados o número de prédios urbanos e frações que vão estar sujeitos a avaliação nem quais os custos reais dessa operação tributária, o que significa, na prática, que os Municípios estão a pagar a prestação de um serviço, não tendo quaisquer responsabilidades na sua contratação, na sua execução e sem saber, sequer, o custo efetivo do mesmo;-----

O Município de Odivelas tem estado a disponibilizar meios técnicos e recursos humanos de apoio a estas avaliações, sem ser ressarcido pelo serviço que está a prestar à Autoridade Tributária e Aduaneira;-----

Esta situação é tão mais preocupante quando chega ao conhecimento público, através da comunicação social, a existência de avaliações feitas através da aplicação "Google Maps", sem deslocações dos técnicos aos locais;-----

A Câmara Municipal de Odivelas decidiu, de forma legítima e à semelhança de um conjunto de outros Municípios, interpor uma providência cautelar contra o Ministério das Finanças, visando a suspensão da eficácia das normas contidas no artigo 2º, nº1, da referida portaria, por considerar que mesma constitui apropriação ilegítima de receitas que, nos termos constitucionais e legais, pertencem aos Municípios, para pagamento de um serviço que não tem qualquer correspondência jurídica ou económica com o serviço que o Estado presta;-----

Não obstante, durante a noite de hoje, dia 17 de Maio, os Municípios viram reduzidas as verbas a transferir correspondentes à cobrança de IMI, sendo que no caso de Odivelas, nesta primeira tranche, o montante ascende a perto de meio milhão de euros;-----

Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Odivelas, reunida na 7ª Sessão Extraordinária de 2012, delibera o seguinte:-----

Apoiar a decisão da CMO de interposição de providência cautelar, em nome do Município de Odivelas, contra o Ministério das Finanças;-----

Exigir a reposição imediata da totalidade da verba retida até que seja conhecida decisão judicial competente;-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Condenar veementemente a reiterada falta de transparência e de cooperação institucional com que este processo está a ser conduzido por parte da Administração Central;-----

Enviar este Voto de Protesto ao Conselho Superior de Magistratura, ao Procurador Geral da Republica, ao Primeiro – Ministro, ao Ministro do Estado e das Finanças, ao Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, ao Secretário de Estado das Autarquias Locais, aos Grupos Parlamentares dos Partidos Representantes na Assembleia da Republica, à Comissão Parlamentar de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, à Presidente da Assembleia da Republica e ao Presidente da Republica.”-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi colocado à votação o documento acima apresentado para discussão, tendo sido **Aprovados por Maioria**, com a abstenção das bancadas da CDU e do PSD. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Relativamente ao Voto de Protesto apresentado pelo PS pela retenção de 5% do IMI às autarquias é óbvio que estamos contra esta retenção unilateral por parte do Governo que, segundo sabemos por informação do senhor Vice-Presidente da Câmara se vem juntar a uma percentagem de 2,5% que já era retirada pelas finanças como despesa de avaliação. -----

Consideramos que esta retirada de verbas vem agravar a situação que já não é famosa devido à situação económica do país. -----

Sabemos agora que a decisão do Município de Odivelas de interpor uma Providência Cautelar contra o Ministério das Finanças pela retenção dos 5% foi uma decisão unilateral da senhora Presidente da Câmara e que esta decisão foi unicamente comunicada ao executivo, não tendo no mesmo sido aprovado qualquer voto de protesto. -----

Não estamos em condições de dar, nesta Assembleia Municipal, cobertura política a uma decisão da senhora presidente da câmara que, por muita razão que tenha de se sentir indignada com esta atitude do Ministério das Finanças, deveria, segundo a nossa perspetiva, ter legitimado em primeiro lugar a sua decisão no órgão a que preside. -----

Por esse facto e em sinal de solidariedade vamo-nos abster, porque noutras circunstâncias votaríamos contra.” -----

Susana Guerreiro, pela bancada do **PS**; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Eu estava espera que hoje algum grupo político, viesse falar da decisão que houve hoje em conselho ministros, que foi anular parte das chamadas rendas das energias renováveis. Não foram todas, tenho que lembrar que nós pagamos hoje uma fatura de eletricidade elevadíssima, devido à decisão que teve o PS no passado, de fazer incluir nos seus investimentos, nas energias renováveis e noutro tipo de energias, e fez reverter isso para a fatura da eletricidade, que todos pagamos.-----
Hoje foi dado um passo, porque foram anuladas parte dessas rendas, outras ainda ficam, esperamos que essas mesmas sejam anuladas, e esperamos que no futuro a fatura da eletricidade possa baixar substancialmente.-----*

Eu também não sou ingénuo, não estava à espera que viessem falar nisso aqui!-----

Acabámos com uma das más medidas do PS e tem que ser realçado esse fato.”-----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma declaração política, que seguidamente se transcreve:-----

“Na bolsa portuguesa, as vinte maiores empresas viram a sua cotação cair 25% em 2011 e cortaram 11% nos salários dos trabalhadores. Mas a austeridade fica sempre à porta de quem manda: feitas as contas, cada presidente ganhou mais 3,3% que no ano anterior.-----

O governo da troika corta a oito nos salários e aumenta os impostos a quem trabalha, enquanto promete que os sacrifícios são para todos. Mas basta olhar para a diferença salarial entre administradores e trabalhadores das empresas do PSI-20 e compará-la com as cotadas no índice IBEX da bolsa de Madrid para vermos que essas promessas valem ainda menos deste lado da fronteira.-----

o estudo divulgado esta semana no jornal Público ilustra bem essa diferença: enquanto um administrador em Portugal ganha em média 44 vezes mais que o trabalhador da mesma empresa, em Espanha essa diferença é cerca de metade. Pior ainda, esse fosso salarial aprofundou-se por cá entre 2010 e 2011 (de 37 vezes para 44) e diminuiu ligeiramente em Espanha (de 25,5 para 24,7).-----

Um exemplo: durante o ano de 2011, a capitalização bolsista da Galp Energia desvalorizou 21%, mas o seu presidente auferiu salários e prémios 22,9% acima do que tinha ganho em 2010, tornando-se no administrador mais bem pago no país. Ferreira de Oliveira ganhou assim 6 vezes mais que a média dos trabalhadores da GALP. Outro exemplo: o administrador da Semapa Pedro Queiroz Pereira ganhou em 2011 mais 41% em salários e prémios que no ano anterior, enquanto a empresa que gere se despenhava na bolsa, perdendo 35% do seu valor. Aqui a diferença de remuneração é de 57 vezes mais do que a média dos trabalhadores da Semapa.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Se juntarmos a esta prática corrente das grandes empresas da nossa praça financeira a emigração fiscal para a Holanda, a fuga de capitais para off-shores e a distribuição de dividendos generosos aos acionistas, perceberemos melhor a resposta dada pelo eleitorado grego à injustiça da austeridade, subscrita no memorando do governo da troika agora derrotado.-----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; -----

António Ramos, pela bancada do **PS**; -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

*“Só para terem noção daquilo que foram as parcerias público-privadas, especialmente as rodoviárias e o seu impacto na dívida, que estamos todos a pagar, vou passar a ler um artigo do Jornal “O SOL”.-----
A introdução de portagens nas antigas SCUT, em Julho de 2010, e em particular os novos compromissos então assumidos pelo Governo socialista com a Ascendi, concessionária do grupo Mota-Engil, estão a ser investigados pelo Ministério Público. Segundo o SOL apurou, foi aberto um inquérito-crime já no final do ano passado, quando vieram a público dados de entidades oficiais que indicam que o Estado saiu prejudicado em pelo menos cerca de dois mil milhões de euros – quando à partida o objetivo era o de sair beneficiado, pois passou a receber receitas das portagens. A investigação, no Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) de Lisboa, já reuniu uma série de relatórios e de depoimentos de testemunhas. Os indícios, à partida, são de crime de participação económica em negócio. No centro da investigação estão os decisores políticos, nomeadamente o então secretário de Estado das Obras Públicas, Paulo Campos, que negociou um acordo de princípio com as concessionárias. Foi com base neste documento – cujos termos nunca foram divulgados – que trabalhou depois uma equipa de técnicos, a Comissão de Negociações. Coube a esta calcular e negociar a versão final dos contratos com as privadas, a Ascendi e a Euroscut.*-----

Estradas com portagens também negociadas. Estas concessionárias exploram as quatro SCUT (estradas sem custos para o utilizador) em que então se decidiu introduzir portagens, após muita discussão pública e pressão política por parte do PSD: Costa da Prata, Beiras Litoral e Alta e Grande Porto (Ascendi) e Norte Litoral (Euroscut). Recorde-se que, segundo os contratos originais destas concessões, qualquer situação que constitua uma alteração aos mesmos (como é o caso da introdução de portagens) tem de ser negociada por acordo entre as partes – ou seja, privados e Estado (neste caso, a Estradas de Portugal). Caso contrário, os privados podem ir para tribunal arbitral e habilitam-se a elevadas indemnizações. Portanto, em 2011, tratou-se de renegociar quanto é que o Estado passaria a pagar às concessionárias em termos de rendas anuais, a partir do momento em que passasse a receber as receitas das portagens. As negociações com a Ascendi (Mota-Engil) são as que levantam mais suspeitas



Assembleia Municipal de Odivelas

neste inquérito: além de renegociar os contratos das respetivas SCUT (Costa da Prata, Beiras Litoral e Alta e Grande Porto), Paulo Campos aceitou a exigência da empresa de passar a pagar rendas, nas próximas duas décadas, por duas outras suas concessões. Trata-se das auto estradas do Norte (A7 e A11) e da Grande Lisboa (A16, A36, A37, A30 e A40), que já têm portagens desde o início – e com as quais, portanto, o Estado não tinha qualquer encargo (ao contrário das SCUT). -----

Ora, segundo dados da Direção geral do Tesouro, o acordo a que se chegou implica, em termos práticos, que o Estado (ou seja, a EP), assumiu o compromisso de pagar 2.676 milhões de euros à Ascendi, até 2030 (prazo do contrato): 2.092 milhões pela concessão do Norte e 584 milhões pela Grande Lisboa. Estimando-se que, por ambas, a EP receberá apenas 1.256 milhões de receita das portagens, conclui-se que, no final, o Estado terá um prejuízo global de 1.420 milhões de euros só com estas duas concessões. Mas este prejuízo será ainda superior porque as receitas muito dificilmente chegarão ao valor estimado (1.256 milhões) devido à quebra generalizada do tráfego. Segundo já divulgou o Inir (Instituto de Infra Estruturas Rodoviárias), a auto-estrada do Norte registou, nos primeiros dez anos de funcionamento, menos de metade do tráfego que se previa. -----

Mais 700 milhões nas SCUT. Por que se fez estes contratos, o que é que o Estado ganhou, que estudos de tráfego foram feitos e por quem – são as grandes interrogações a que a investigação do MP procura responder. Sendo que terá de descobrir o segredo mais bem guardado: qual foi a taxa de rentabilidade do negócio conseguida pela Ascendi naquelas duas concessões (a chamada TIR -- Taxa Interna de Rendibilidade, após impostos). -----

Em relação às quatro concessões que deixaram de ser SCUT, já se pronunciaram entidades como a Inspeção-geral de Finanças e o Inir. Este concluiu que a EP passou globalmente a ter mais encargos do que antes: mais cerca de 700 milhões de euros em 'rendas' para as concessionárias." -----

Carlos Lopes, pela bancada do PS; -----

António Ramos, pela bancada do PS; -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD; -----

Miguel Cabrita, pela bancada do PS; -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para prestar os respetivos esclarecimentos. -----

Retomada a discussão usou da palavra o Deputado Municipal: -----

Luís Salmonete, pela bancada do PSD; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----

Pelas **21h20m**, trabalhos foram interrompidos.-----

Pelas **21h40m**, os trabalhos foram retomados.-----

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Deputados Municipais: -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto, do documento nº1.-----

Susana Guerreiro, pela bancada do **PS**; -----

Pelas 21h45, registou-se a saída do Membro André Carreira; -----

O documento, acima mencionados, foram colocados à votação tendo sido: -----

Documento nº1, foi **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor do **PS**, **BE** e **CDU** e com abstenções do **MPT**, **Independente** e **PSD**; -----

Pelas 21h48, registou-se a entrada do Membro André Carreira; -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Lúcia Lemos**, **José Falcão**, **Duarte Barracas** e **Luís Salmonete**, pelas bancadas da **CDU**, **BE**, **MPT** e **PSD**, foram apresentadas declarações de voto que seguidamente se transcrevem:-----

Lúcia Lemos-----

"A bancada da CDU votou favoravelmente este voto de protesto ainda que se tenha absterido na sua admissão, porque como sabemos e já é histórico, recentemente o PS já se absteve várias vezes quando a CDU traz em cima da hora e quando se inicia a Sessão, documentos para deliberação.-----

Ainda assim, acompanhamos as preocupações até porque o Município já tinha orçamento aprovado, quando surge esta Lei e esta exigência, relativamente à retenção de 5%. Mesmo que, se fizéssemos contas, relativamente à avaliação do imobiliário que está a ser feito, se calhar em termos absolutos a Câmara receberá o mesmo, mas em termos relativo, 5% retirado aquilo, poderá receber. Porque sabemos



Assembleia Municipal de Odivelas

que o Governo está a fazer uma avaliação, até com base no Google Earth, e a foi altamente contestado, ou seja, basta olhar para o mapa, a partir da Internet, e acabam por valorizar o imobiliário.-----

A razão pela qual acompanhamos este voto de protesto, tem a ver com o facto de não se fazer isto a ninguém, nem às autarquias, nem às pessoas, quando o Governo de Sócrates, colocou uma sobretaxa, sobre as pensões e os ordenados da função pública, erram todos os governos quando fazem isto aos agentes económicos.”-----

José Falcão-----

“O BE também votou favoravelmente este corte, mas vem relembrar as propostas que tem vindo a fazer sobre esta temática, que continuam cada vez mais prementes, e se o Governo consegue pelo Google earth ver os prédios a Câmara também consegue com mais uma ajudinha do Google earth do INE, com certeza vai descobrir onde poderá ir buscar muitas verbas em relação aos prédios devolutos e ao aumento do IMI.-----

Falta vontade política e depois mais alto corta no mais baixo e assim sucessivamente e isto não deveria acontecer, daí ter-mos votado favoravelmente esta medida, mas de uma vez por todas o executivo da Câmara tem que pensar como trabalha as questões do IMI.”-----

Duarte Barracas-----

“Em relação ao voto de protesto, estou plenamente de acordo, o que eu acho é que a Câmara foi apanhada em contra fé, quando tinha o orçamento já feito e estava a contar já com esses 5% para fazer face às necessidades do município, agora o que eu estou contra é que este assunto ainda não passou no executivo eu não acredito que isto não seja resolvido ao nível do governo central com as autarquias, é extemporâneo neste momento estar a decidir qualquer coisa, vamos aguardar, por isso o meu voto foi de abstenção.”-----

Luís Salmonete-----

“Relativamente ao Voto de Protesto apresentado pelo PS pela retenção de 5% do IMI às autarquias é óbvio que estamos contra esta retenção unilateral por parte do Governo que, segundo sabemos por informação do senhor Vice-Presidente da Câmara se vem juntar a uma percentagem de 2,5% que já era retirada pelas finanças como despesa de avaliação.-----

Consideramos que esta retirada de verbas vem agravar a situação que já não é famosa devido à situação económica do país. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Sabemos agora que a decisão do Município de Odivelas de interpor uma Providência Cautelar contra o Ministério das Finanças pela retenção dos 5% foi uma decisão unilateral da senhora Presidente da Câmara e que esta decisão foi unicamente comunicada ao executivo, não tendo no mesmo sido aprovado qualquer voto de protesto.-----

Não estamos em condições de dar, nesta Assembleia Municipal, cobertura política a uma decisão da senhora presidente da câmara que, por muita razão que tenha de se sentir indignada com esta atitude do Ministério das Finanças, deveria, segundo a nossa perspetiva, ter legitimado em primeiro lugar a sua decisão no órgão a que preside.-----

Por esse facto e em sinal de solidariedade vamo-nos abster, porque noutras circunstâncias votaríamos contra."-----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Odivelas, para prestar os respetivos esclarecimentos.-----

Havendo quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** colocou à consideração do plenário passar-se de imediato ao **Período de Intervenção do Público**, tendo sido Aprovado por Unanimidade.-----

-----PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registaram **duas** inscrições do público. -----

Foi chamada a **Sr.ª Inácia Maria Fonseca**, que não compareceu; -----

Foi chamada a **Sr. Frederico Gonçalves Fonseca**, que não compareceu; -----

Após este período, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início à discussão dos Pontos integrados na **Ordem do Dia**. -----

PONTO 1 – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE TAXAS E OUTRAS RECEITAS MUNICIPAIS E SEU REGULAMENTO DE LIQUIDAÇÃO E COBRANÇA DO MUNICIPIO DE ODIVELAS



Assembleia Municipal de Odivelas

Presente para deliberação, a "Proposta de Alteração do regulamento de Taxas e outras receitas e seu Regulamento de Liquidação e Cobrança do Município de Odivelas", de acordo com a informação nº3000 de 2012.03.13, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 23ª Reunião Ordinária de 2011, da Câmara Municipal de Odivelas, de 20.12.2011, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzida. -----

O Sr. **Presidente** deu a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto. -

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

Presidente de Junta de Freguesia de Caneças, **Armindo Fernandes**, pela bancada da **CDU**, apresentou uma intervenção que será convertida em declaração de voto.-----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**; -----

O Sr. **Presidente Assembleia** deu a palavra ao Senhor Vice Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

O Sr. **Presidente**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos a favor das bancadas do PS, PSD e Independente, e com os votos contra das bancadas do CDS/PP e BE e com as abstenções das bancadas da CDU e MPT; -----

Foi apresentada uma **declaração de voto** pelo Membro da Assembleia Municipal, **Armindo Fernandes**, pela bancada da CDU, que seguidamente se transcreve:-----

*"Trata-se apenas de uma proposta de Alteração ao Regulamento de Outras Receitas Municipais.-----
E porque esta alteração visa apenas adaptar aquele regulamento em vigor, a CDU irá abster-se na sua votação.-----"*

Contudo, queremos fazer algumas considerações que julgamos para as quais, solicitamos um esclarecimento.-----

Tendo sido este documento aprovado na 23ª reunião da CM, de 20 de Dezembro passado, porque só agora chega à AM para ser votado?-----

Esta interrogação, tem mais sentido, quando é sabido que período de discussão pública o Novo Regulamento de Taxas.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Sabendo-se que a publicação destas alterações vai custar uns bons euros, porque não juntar as duas publicações? Sempre se poupavam uns trocos.-----

Mas, para a CDU, esta é mais uma trapalhada do Grupo de trabalho criado para o efeito.-----

Esperamos que o novo documento, venha resolver questões que estão em aberto, sem resposta à muito tempo, como seja o caso da BP em Caneças que não paga a publicidade, argumentando que alguns artigos do Regulamento não podem ser aplicados, facto que contestou juridicamente, sem que a CM tenha dado a devida resposta.-----

Este grupo de trabalho, demonstra conhecer mal o terreno, o seu trabalho de gabinete, tem pouco conhecimento da realidade local.-----

Decidir questões de revisão das Taxas, propondo aumentos escandalosos, em algumas rubricas, não nos parece um trabalho sério e competente."-----

PONTO 2 – CARTÃO JOVEM CIDADÃO – PROPOSTA DE IMPLEMENTAÇÃO E RESPETIVO REGULAMENTO -----

Presente para deliberação, Cartão Jovem Cidadão – Proposta de Implementação e respetivo Regulamento, de acordo com a informação nº2012/3897 de 2012.03.27, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 8ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 18.04.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzida.-----

O Sr. Presidente deu a palavra **Sr. Vice-Presidente da Câmara** para apresentação do referido Ponto.----

No âmbito da discussão do ponto, usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:---

Paulo Pinheiro, pela bancada do **PSD**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Raquel Rodrigues, pela bancada da **CDU**; apresentou uma intervenção que será convertida em declaração de voto; -----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**; -----

Paulo Pinheiro, pela bancada do **PSD**; -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**; -----

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

O **Sr. Presidente** deu a palavra Sr. Vice-presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes.

O **Sr. Presidente**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade**

Foi apresentada uma **declaração de voto** pelo Membro da Assembleia Municipal, **Raquel Rodrigues**, e **Paulo Pinheiro**, pela bancada da **CDU e PSD respetivamente**, que seguidamente se transcrevem:

Raquel Rodrigues

"Com esta proposta não conseguimos ter uma perceção exata das vantagens que trará deste cartão, dado que há uma lista das áreas com quem vão ser protocoladas estas parcerias no entanto não há uma lista das entidades específicas que vão participar, de qualquer das formas e apesar desta falta o nosso voto vai ser favorável, dados os objetivos gerais e as características deste cartão que julgamos ser importantes e positivas."

Paulo Pinheiro

"No dia 11 de Novembro de 2011 a bancada do PSD teve a oportunidade de apresentar nesta Assembleia a proposta que tinha como título cartão jovem municipal, na altura essa proposta de recomendação para ser tomada em conta pelo executivo municipal, foi rejeitada pelos votos contra do PS e da CDU, na altura a CDU penso que foi mais por um problema formal daquilo que me recorde as justificações não tinham a ver com matéria de conteúdo, mas sim uma questão formal que tinha acontecido nesta Assembleia Municipal. O PS pelo contrário justificou que essa medida não tinha funcionado previamente em 2001, não sei depois qual é que será a resposta do executivo municipal, se assim a quiser dar, mas voltou a aplicar a mesma medida, a que nós damos os parabéns, é com agrado que vemos a aplicação desta medida, que vai de encontro às aspirações apresentadas pelo PSD, foi uma medida de política de juventude que foi sugerida pelo PSD, que apesar de ter sido votada contra pela bancada do PS o executivo municipal, decide não seguir essa linha orientadora da sua bancada e decide aplicar, o que significa que na política aquilo que inicialmente achamos que pode estar errado, mas quando nos apercebemos que de fato até está certo, vamos corrigir e a seguir aplicar, por isso damos um voto de louvor, a bancada do PSD, fica assim agradada, pelo fato de uma das medidas que apresentou em sede de Assembleia Municipal é seguida pela Câmara Municipal, quem ganha com isto, são os jovens Odivelenses."



Assembleia Municipal de Odivelas

PONTO 3 – REGULAMENTO DO CONSELHO MUNICIPAL DE JUVENTUDE

Presente para deliberação, o “Regulamento do Conselho Municipal de Juventude”, de acordo com a informação nº3516 de 2012.03.27, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 7ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 04.04.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzida.

O Sr. Presidente da Assembleia, deu a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto.

Usaram da palavra neste ponto o seguinte Membro da Assembleia Municipal:

Lúcia Lemos, pela bancada da CDU, apresentou um Requerimento à mesa

Pelas **22h30m**, trabalhos foram interrompidos.

Pelas **22h45m**, os trabalhos foram retomados.

Retomada a discussão usaram da palavra os seguintes Membros da Assembleia Municipal:

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma declaração política, que seguidamente se transcreve:

“Nós estamos de acordo com este documento, mas queremos levantar algumas questões. Parece-me estranho que um órgão da juventude, tenha como representante a srª presidente da camara e não a srª vereadora do pelouro, fazia mais sentido. De fato não se percebe. Mas parece-nos evidente porque é que isso acontece.

Uma outra questão é a seguinte: estes órgãos consultivos são importantes como funcionam. Gostava de saber quantas vezes no mandato anterior o conselho funcionou. Isto porque em 2007 foi aprovado um, nunca vimos relatórios, nada. E agora estamos aprovar outro.

Se não uma ideia do que é que foi feito, daqui a cinco anos aprova-se outro, mas não sabe o que acontece ou aconteceu, não há continuidade, e deste modo não serve para absolutamente nada. De qualquer maneira esperamos sempre que as coisas comessem a funcionar.”



Assembleia Municipal de Odivelas

Edgar Valles, pela bancada do **PS**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto
Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Duarte Barracas, pela bancada da **MPT**; -----

Paulo Pinheiro, pela bancada do **PSD**; -----

José Falcão, pela bancada do **BE**; proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -

Miguel Cabrita, pela bancada do **PS**; -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**; -----

O **Sr. Presidente** deu a palavra Sr. Vice-presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

Pelo **Senhor Vice Presidente** foi solicitado ao **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** autorização para a **Sr.ª Vereadora Fernanda Franchi** prestar esclarecimentos complementares, tendo sido concedido.-----

Sr. Presidente, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria** com os votos favor das bancadas do PS, PSD, BE, MPT e CDS/PP e Independente e com os votos contra da CDU,-----

Foram apresentadas **declarações de voto** pelos Membro da Assembleia Municipal, **Edgar Valles, Lúcia Lemos e José Falcão**, pela bancada do **PS, CDU e BE, respetivamente**, que seguidamente se transcrevem:-----

Edgar Valles-----

"A Bancada do Partido Socialista vota naturalmente a favor do presente Regulamento do Conselho Municipal de Juventude, assim como, congratula-se com a continuação deste órgão que permite a criação de uma estrutura capaz à participação dos jovens na definição das políticas municipais, assim como, garantir a participação ativa e o exercício do seu direito de intervenção na sociedade, permitam-me ainda, sublinhar o caráter pioneiro que a Câmara Municipal de Odivelas teve já em 2007, quando foi uma das primeiras autarquias a criar o Conselho Municipal de Juventude na Área Metropolitana de Lisboa, dando o devido espaço de intervenção aos jovens do Concelho.-----"



Assembleia Municipal de Odivelas

Este Regulamento, deriva do fato das alterações legislativas impostas desde 2007 e que resultaram naturalmente neste novo Regulamento.-----

Lúcia Lemos-----

"Relativamente a este documento, tal como consta do Parecer da Declaração de Voto, agora junta ao Parecer da Comissão, a CDU tem um entendimento diferente em relação ao regulamento que agora é proposto. De fato, nós fazemos uma distinção muito clara entre a chamada democracia formal e a democracia material, por vezes fazer com que as coisas não funcionem é regulamentá-las muito é criar muitas leis, estruturas muito pesadas e que depois funcionam uma vez por ano ou uma vez no mandato ou não chegam sequer a funcionar. Nós achamos mesmo que isto é a maneira de envelhecer a juventude ou seja colocá-la dentro de um Regulamento que é tudo menos jovem, é tudo menos irreverente de acordo com a juventude. Achamos por bem que os Municípios tenham estruturas, onde os seus jovens possam participar, possam até dar contributos para a política de juventude, mas não deste modo, não de modo tão restrito, não de modo a retirar da sua participação os jovens que não se apresentem numa estrutura formalizada, numa associação, numa juventude qualquer em termos muito formais. Achamos por bem que as Câmaras, devem propiciar espaços em que os jovens possam estar, discutir, dar, contributos, mas não com este carater tão formal, muito menos com pareceres com carateres tão executivo, por um lado é um órgão que dá pareceres, mas depois são pareceres que não têm qualquer utilidade, porque se não der podem não ser ouvidos, não são minimamente vinculativos, etc. E tal como já o dissemos em Reunião de Câmara, na Comissão da Juventude, vamos manter aqui o nosso sentido de voto. Achamos de fato que a lei nº8/2009 tem um carater iminentemente burocrático, institucional e confederativo. Achamos que o Conselho Municipal da Juventude deva ser enriquecido pela participação de todas as assembleias juvenis formais e informais, os jovens querem-se por natureza que seja até aos 35 anos ou agora com a esperança média de vida, quem sabe até aos 150 anos, ser-se jovem até, não sei, aos 45 ou 50 anos, para lá caminhamos todos, pelos vistos, mas seja até que idade for é por natureza irreverente e não em camisas de 7 forças chamadas Regulamentos. E assim já se adivinha o nosso sentido de voto, que será contra."-----

José Falcão-----

"O tecido legislativo é uma coisa, aquilo que se pode fazer é outra e podem se fazer coisas, tal como disse o Paulo e como dizem outras pessoas, portanto a participação de outros organismos que não estejam legalizados é sempre possível a convite eu faço parte de um Conselho Municipal da Câmara de Lisboa, das Minorias Étnicas e funciona assim, pode haver convites, portanto não há nenhum impeditivo



Assembleia Municipal de Odivelas

das pessoas funcionar e depois é claro há os votos e essas coisas todas quando para isso for necessário e seguir de fato a legalidade, mas a participação, quando se quer pode-se participar. Aliás é sintomático que o conselho consultivo, quando da Câmara de Lisboa, onde eu estou é um exemplo concreto, que quando esteve as pessoas efetivas completamente nunca funcionou e quando começou a ter as Associações que não faziam parte do Conselho a serem todas convidadas, passou a trabalhar com uma regularidade e a fazer atividades absolutamente incríveis. Agora está parado porque foi tomado, bem mas isso foi porque mudou de pelouro e o Senhor Presidente tem muita coisa para fazer e é ele que é o responsável, meu amigo António Costa e então aquilo já não reúne outra vez. Mas portanto o que é importante é perceber uma coisa, que quando, coisas como nos últimos tempos vieram aqui a esta Assembleia que estavam relacionadas com a problemática da Juventude, o Odivelas Futebol Clube, Skate Park e outros assuntos que são importantes serem discutidos e que se calhar teriam um outro tipo de participação e um outro tipo de intervenção se fossem discutidos atempadamente antes das coisas chegarem aqui, evidentemente que isso pode por um lado começar a haver uma participação efetiva democrática, pelo menos não há desculpa de não se fazer nada para que as pessoas possam participar democraticamente nos órgãos que existem e é importante que participem. Evidentemente que tudo aquilo que é informal e tudo aquilo que não é institucional também é muitíssimo importante, conforme temos visto nos últimos tempos, por toda a Europa, mas aqui concretamente tem que haver uma preocupação de não acontecer o que aconteceu no anterior, três reuniões, quer dizer eu sabia que era uma coisa assim, mas não tinha a certeza, mostra que de fato pode haver estes Conselhos e não haver vontade absolutamente nenhuma, não mudou nada, é preciso é haver vontade política para fazer as coisas, tem que haver vontade política, senão o Conselho não serve para absolutamente nada, tem de haver vontade política, por um lado da Câmara e do Conselho como é evidente e das estruturas e por outro lado começar a incentivar a participação, mas é evidente que se ela não existe se ela não tem um sítio para se manifestar, é muito difícil estar a convencer organizações juvenis a dizer vem lá a uma coisa, mas vem lá a uma coisa, o quê e fazer o quê se aquilo não faz nada e é bom que se perceba que isto é uma pescadinha de rabo na boca, que em algum lado tem que ser quebrada e em algum lado significa vontade política para pôr estas estruturas a funcionar e é isso que a Câmara e a Assembleia também, digamos assim responsável, tem que saber mostrar que é capaz.”

PONTO 4- PROCEDIMENTO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇO DE 1000 LAVAGENS EXTERIORES DE AUTOCARROS

Presente para deliberação, o “Procedimento para aquisição de serviço de 1000 lavagens exteriores de autocarros”, de acordo com a informação nº3224 de 2012.03.19, remetida pela Senhora Presidente a esta



Assembleia Municipal de Odivelas

Assembleia Municipal, aprovada na 7ª Reunião Ordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 04.04.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzida. -

O Sr. Presidente deu a palavra Sr. Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.---

O Sr. Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados Municipais não se tendo registado nenhuma intervenção; -----

Sr. Presidente, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade** -----

PONTO 5 – AQUISIÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E FORNECIMENTO DE CONSUMÍVEIS EM INSTALAÇÕES DA CMO -----

Presente para deliberação, a “Aquisição da prestação de Serviços de Limpeza e Fornecimento de Consumíveis em Instalações da CMO”, de acordo com a informação nº3249 de 2012.03.20, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 4ª Reunião Extraordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 12.04.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzida. -----

O Sr. Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente da Câmara para apresentação do referido Ponto.---

O Sr. Presidente deu a palavra aos Senhores Deputados Municipais não se tendo registado nenhuma intervenção; -----

Sr. Presidente, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade** -----

PONTO 6 – AQUISIÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE DIVERSOS ESPAÇOS VERDES (FASE IV DAS COLINAS DO CRUZEIRO) -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Presente para deliberação, a "Aquisição para Manutenção de Diversos Espaços Verdes (Fase IV das Colinas do Cruzeiro) ", de acordo com a informação nº3243 de 2012.03.20, remetida pela Senhora Presidente a esta Assembleia Municipal, aprovada na 4ª Reunião Extraordinária de 2012, da Câmara Municipal de Odivelas, de 12.04.2012, que se encontra arquivada na pasta da presente reunião, pelo que se dá como reproduzida. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara, para apresentação do referido Ponto. -----

Usaram da palavra neste ponto, os seguintes Membros da Assembleia Municipal: -----

Pelas **23h20m**, registou-se a saída do Presidente da Assembleia Municipal e o Membro da Assembleia Municipal, Vítor Fonseca; -----

Presidente da Junta de Freguesia da Ramada, **Francisco Bartolomeu**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia** foi dada a palavra ao Sr. Vice-presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que teve por convenientes. -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **aprovado por maioria**, com os votos a favor do PS, PSD e MPT, votos contra da CDU e a abstenção da bancada do BE e CDS/PP -----

Foi apresentada uma **declaração de voto** pelo Membro da Assembleia Municipal, **Francisco Bartolomeu** pela bancada da CDU, que seguidamente se transcreve:-----

"A CDU foi sempre acérrima defensora do aprofundamento da delegação de competências, em nome da defesa do serviço público de qualidade. Esta é a questão de princípio de que não abdicamos e que já foi profusamente objeto de debates anteriores. Foi com este fundamento que já em Dezembro de 2010 a CDU votou contra a abertura de procedimento concursal para aquisição de serviços de manutenção de diversos espaços verdes, maioritariamente na freguesia de Odivelas.-----"



Assembleia Municipal de Odivelas

Surge agora um novo processo, desta vez por ajuste direto, com o mesmo objeto do anterior, para a fase IV das Colinas do Cruzeiro, à mesma empresa que já é responsável pelas fases anteriores. Acresce que o processo agora em apreço suscita questões suplementares, como por exemplo, estarmos perante um contrato para manutenção de espaços verdes que ainda não foram rececionados pelo Município, e como se não bastasse se encontram em condições que não são as melhores.-----
Não vimos razões para alterar o sentido de voto, pelo que vamos votar contra.”-----

Pelas **23h30**, registou-se a entrada do Presidente da Assembleia Municipal -----

Dado o adiantado da hora foi proposto ao plenário pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal a retirada do Ponto 7 tendo sido Aprovado por Unanimidade -----

Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 23h40m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pelo 1º Secretário e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pelo 2º Secretário e pelo Senhor Presidente. -----

O Senhor Presidente em Exercício: -----

O 1º Secretário: -----

O 2º Secretário: -----